CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Tel.: +55 71 3271 0598
www.bdo.com.br

Av. Tancredo Neves, 2539
Torre Nova Iorque, 14º andar, Caminho das Árvores
Salvador, BA - Brasil - 41820-021

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes
Camaçari - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Principal assunto de auditoria	Resposta da auditoria ao assunto
Transações com partes relacionadas	Nossos procedimentos de auditoria incluíram:
Conforme apresentado na Nota explicativa n° 17, a Companhia transaciona com partes relacionadas em transações relevantes de compra e venda de produtos e/ou matérias primas. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) Trata-se de transações com parte relacionada sob controle comum; e (ii) Nas normas contábeis em vigor não há determinação ou guia específico para contabilização de transações entre entidades sob controle comum.	(i) A avaliação do desenho das atividades de controles internos relacionadas a transações com partes relacionadas e divulgação; (ii) Entendimento dos critérios e premissas adotadas pela Administração e verificação dos preços praticados com fornecedores e clientes comuns e preços praticados com partes relacionadas; (iii) Selecionamos transações de compras e vendas no exercício, com base em amostragem estatística, e confrontamos com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam registros válidos e condizentes com as condições de mercado. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que o reconhecimento das transações com partes relacionadas, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Principal assunto de auditoria	Resposta da auditoria ao assunto
Reconhecimento da receita	Nossos procedimentos de auditoria incluíram:
Em virtude da relevância e do incremento da receita líquida de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas na Nota explicativa nº 22, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria. Os ricos observados referem-se: (i) Critério de reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/ CPC 47; (ii) Reconhecimento de receita fora do período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude; (iii) Não reconhecimento de perdas de créditos em função de inadimplência.	(i) A obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da venda, os canais utilizados, entre outros; (ii) A avaliação do desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) O entendimento sobre os principais controles internos desenhados pela administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento de receita; (iv) Confirmações externas de saldos relevantes de clientes e fornecedores, e confrontamos com os registros contábeis; (v) Exame de transações de vendas no exercício, através de amostragem estatística, e confronto com a documentação suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.692	34.725	199.488	50.135
Contas a receber de clientes	5	347.148	165.307	406.968	188.120
Contratos futuros	6	248.772	-	310.764	-
Estoques	7	952.482	1.567.776	1.291.468	2.280.560
Tributos a recuperar	8	120.662	68.339	192.463	88.540
Outros créditos		98.587	10.960	114.292	13.443
Total dos ativos circulantes		1.924.343	1.847.107	2.515.443	2.620.798
Ativo mantido para venda	11	-	-	30.000	-
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	4	6.104	5.433	6.104	5.433
Contas a receber de clientes	5	9.862	9.862	9.862	9.862
Partes relacionadas	17	159.581	28.988	556	556
Tributos a recuperar	8	41.998	41.997	61.183	63.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	43.782	92.965	82.482	120.736
Depósitos judiciais	18.1	226	270	436	346
Outros créditos		-	43	2.830	2.845
Investimento em controlada	9	236.791	214.963	-	-
Propriedade para investimento	10	1.624	1.624	1.624	1.624
Ativo de direitos de uso	19	-	986	1.537	2.107
Imobilizado	12	341.947	200.455	638.592	418.647
Intangível	13	3.720	4.030	197.064	199.025
Total dos ativos não circulantes		845.635	601.616	1.002.270	825.041
TOTAL DOS ATIVOS		2.769.978	2.448.723	3.547.713	3.445.839

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	14	257.281	140.410	373.226	206.894
Empréstimos e financiamentos	15	732.124	295.495	732.124	333.747
Contratos futuros	6	-	304.745	-	347.766
Instrumentos financeiros derivativos	25.5	11.806	14.025	16.782	14.025
Salários, provisões e encargos sociais		14.349	13.251	17.220	15.444
Impostos e contribuições a recolher		2.691	2.948	4.133	3.760
Dividendos a pagar		825	825	825	825
Adiantamentos de clientes	20	574.236	433.563	655.843	522.684
Arrendamento mercantil	19	-	1.006	839	1.395
Outras contas a pagar		12.826	2.967	13.912	10.287
Total dos passivos circulantes		1.606.138	1.209.235	1.814.904	1.456.827
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	14	-	-	12.656	18.333
Empréstimos e financiamentos	15	325.894	131.798	325.894	131.798
Partes relacionadas	17	358.353	750.293	890.250	1.480.323
Arrendamento mercantil	19	-	195	942	1.179
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	39.858	25.526	63.332	25.703
Total dos passivos não circulantes		724.105	907.812	1.293.074	1.657.336
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	304.906	304.906	304.906	304.906
Ajustes de avaliação patrimonial		8.558	8.835	8.558	8.835
Reserva de Lucros		126.271	17.935	126.271	17.935
Total do patrimônio líquido		439.735	331.676	439.735	331.676
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.769.978	2.448.723	3.547.713	3.445.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$ - exceto o resultado básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	22	6.105.532	3.655.539	7.789.008	4.762.884
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	23	(5.550.355)	(3.462.551)	(7.236.959)	(4.411.597)
LUCRO BRUTO		555.177	192.988	552.049	351.287
RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas comerciais	23	(26.604)	(20.428)	(27.289)	(20.428)
Despesas gerais e administrativas	23	(45.680)	(32.031)	(49.011)	(33.402)
Honorários da Administração	17.2 e 23	(9.177)	(7.495)	(9.177)	(7.495)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(33.838)	(29.633)	(57.984)	(30.425)
Resultado de equivalência patrimonial	9	21.828	71.747	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		461.706	175.148	408.588	259.537
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	24.447	6.905	30.698	8.773
Despesas financeiras	24	(176.973)	(72.910)	(211.740)	(95.597)
Variação cambial	24	(169.897)	(2.395)	(116.569)	(42.547)
Total do resultado financeiro		(322.423)	(68.400)	(297.611)	(129.371)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		139.283	106.748	110.977	130.166
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	16	17.958	3.126	35.335	(18.396)
Diferido	16	(49.182)	28.302	(38.253)	26.406
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		108.059	138.176	108.059	138.176
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)		44,17	56,48		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	108.059	138.176	108.059	138.176
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	108.059	138.176	108.059	138.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reservar de Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	304.906	9.163	-	(120.569)	193.500
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(328)	-	328	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	138.176	138.176
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	17.935	(17.935)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	304.906	8.835	17.935	-	331.676
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(277)	-	277	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	108.059	108.059
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	108.336	(108.336)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	304.906	8.558	126.271	-	439.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		108.059	138.176	108.059	138.176
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	16.762	10.469	24.145	17.408
Valor justo dos estoques e dos compromissos	23	(145.517)	35.041	(130.309)	12.247
Amortização de direitos de uso	19	639	982	1.231	1.469
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	9 e 23	-	-	3.026	2.819
Amortização dos custos de captação	15.2	1.028	222	1.028	222
Resultado de equivalência patrimonial	9	(21.828)	(71.747)	-	-
Ajuste a valor presente, líquido		56.770	48.566	79.367	65.310
Juros e variações monetárias sobre partes relacionadas	17	(25.476)	28.324	(76.407)	54.396
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	15.2	60.984	27.612	65.219	30.741
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	19 e 24	69	251	277	442
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	24 e 25.5	229.162	(33.274)	234.456	(14.847)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e direito de uso		8.268	7.614	8.381	7.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	49.182	(28.302)	38.253	(26.599)
Constituição (reversão) de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	5 e 23	373	221	1.058	258
Perdas esperadas em ativo mantido para venda		2.276	2	2.276	2
Constituição (reversão) para perda de outros ativos		-	-	580	-
Outros		(853)	8.577	(886)	8.825
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	14.332	21.369	37.629	21.338
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(165.672)	(79.865)	(199.825)	(74.226)
Estoques		280.606	(859.675)	560.824	(1.322.414)
Tributos a recuperar		(37.588)	(15.153)	(87.090)	(21.565)
Depósitos judiciais		44	(105)	44	(105)
Outros créditos		(68.630)	15.010	(82.015)	18.867
Fornecedores		116.871	107.577	134.013	151.935
Salários, provisões e encargos sociais		1.098	4.992	1.098	4.992
Impostos e contribuições a recolher		(14.993)	(35.001)	(14.993)	(35.001)
Adiantamentos de clientes		140.673	318.606	133.159	378.116
Outras contas a pagar		9.859	(5.278)	4.933	5.723
Juros pagos		(55.692)	(11.307)	(60.788)	(14.047)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		560.806	(366.096)	786.743	(587.569)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao ativo imobilizado	12	(185.781)	(75.775)	(303.020)	(134.412)
Adições ao intangível	13	(1.661)	(1.072)	(1.713)	(1.072)
Recebimento de recursos de partes relacionadas - líquido		(130.593)	1.189	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(318.035)	(75.658)	(304.733)	(135.484)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aplicações financeiras		-	(6.603)	-	(6.603)
Instrumentos financeiros derivativos liquidados	25.5	(231.381)	5.134	(231.699)	(10.648)
Captação de empréstimos e financiamentos	15.2	641.863	300.779	641.863	338.170
Amortização de empréstimos e financiamentos	15.2	(17.527)	(115.447)	(54.918)	(160.551)
Pagamento de arrendamento mercantil		(671)	(1.535)	(1.479)	(2.158)
Captação (pagamento) com partes relacionadas, líquido		(513.088)	277.703	(686.424)	585.015
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(120.804)	460.031	(332.657)	743.225
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		121.967	18.277	149.353	20.172
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	34.725	16.448	50.135	29.963
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	156.692	34.725	199.488	50.135
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		121.967	18.277	149.353	20.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída como uma sociedade por ações de capital fechado, a Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia" ou "Grupo") está localizada no COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), município de Camaçari, estado da Bahia, e tem por objeto social a produção, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos, desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentadas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e abrangem a Companhia e sua subsidiária integral Agro Industrial São Luiz Ltda. ("Investida", "Controlada" ou "Agro Industrial").

A Agro Industrial São Luiz Ltda. é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo principal objetivo é a comercialização, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos. As formulações dos seus compostos variam dependendo da necessidade de cada cliente, região e cultura. Suas atividades preponderantes consistem na mistura e comercialização de fertilizantes minerais ou químicos e na prestação de serviços de transporte.

1.1. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID 19

Desde 2020, o mundo vem enfrentando uma pandemia relacionada a um novo vírus, o COVID-19. A pandemia afetou de forma significativa a economia de diversos países, incluindo o Brasil, mas seus impactos diminuíram de forma significativa nos últimos meses.

Apesar da significativa redução dos impactos da COVID-19 nos últimos meses, a Companhia e sua controlada têm mantido monitoramento constante sobre o assunto e seus possíveis efeitos sobre seus negócios e nas comunidades onde atuam. Adicionalmente, o Grupo adotou medidas de segurança e saúde em suas unidades produtivas em linha com as melhores práticas e todos os profissionais dos setores administrativos estão trabalhando em regime *home office* desde março de 2020.

Até o momento, as operações da Companhia e de sua controlada, que são atividades essenciais, não sofreram nenhum impacto significativo.

1.2. Impactos da Guerra entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início o conflito militar envolvendo a Rússia e a Ucrânia. Em função do conflito, a Rússia sofreu sanções econômicas se juntando a Bielorrússia, que já tinha sofrido sanções antes do conflito em 2022, ambos importantes *players* no mercado de fertilizantes e exportadores desses produtos, inclusive para o Brasil. Os fertilizantes, por serem insumos essenciais para produção de alimentos, foram excluídos da lista de produtos sancionados no caso da Rússia, porém, no caso da Bielorrússia, responsável por cerca de um quinto da produção mundial de cloreto de potássio, se manteve.

Com a expectativa de pudesse haver desabastecimento de fertilizantes e as dificuldades logísticas impostas pelo conflito, somado a outros aspectos, o Brasil bateu recorde de importação de fertilizantes no primeiro semestre. Apesar do preço dos fertilizantes se manter elevado até meados do segundo semestre do ano, o preço veio arrefecendo desde o pico em abril e maio e voltou a patamares de preços abaixo do período antes da guerra em setembro.

A Companhia e sua controlada já possuíam diversidade na sua cadeia de suprimentos comprando de mais de 20 origens diferentes. Tal processo de diversificação da cadeia de suprimentos continua, fortalecendo a mitigação de riscos ligados a escassez de matéria prima.

Ademais, a Administração da Companhia e de sua controlada possuem controle minucioso da sua exposição à flutuação no preço dos fertilizantes no mercado internacional, seguindo política de exposições limitadas e tomando ações para mitigação de riscos diárias. O Grupo Cibra, através de seu Comitê de Riscos, continua monitorando os possíveis impactos dos desdobramentos do conflito na sua cadeia de suprimentos e em suas operações. A Administração não espera que o Grupo sofra impactos relevantes em decorrência do assunto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC as normas internacionais de relatórios financeiros ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*".

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentada

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia anualmente efetua o teste de recuperação de seus ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável dos ativos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para o período de 10 anos e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 12.

(ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis deles.

(iii) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.

(iv) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração, aumento no volume de vendas de fertilizantes, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.

(vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

A Empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com a controlada são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessa controlada e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e sua controlada mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Custo amortizado: contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e adiantamentos de clientes.
- Valor justo por meio de resultado: instrumentos financeiros derivativos, contratos futuros e caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia e sua controlada avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

3.2. Derivativos

A Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a variações de moedas estrangeiras. A Companhia e sua controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, bem como não realiza operações envolvendo os chamados “derivativos exóticos”.

Como gestão da sua política de proteção, a Companhia e sua controlada utiliza instrumentos financeiros derivativos (“Non-Deliverable Forward - NDFs” e “swaps” cambiais) com o objetivo das obrigações com fornecedores estrangeiros e dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e, para tanto, contrata operações nos mercados futuros para proteção das oscilações no valor justo das operações realizadas em moeda estrangeira.

O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e/ou associada à mitigação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas “versus” as condições vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4. Contas a receber de clientes

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda em créditos esperadas, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A provisão para perda em créditos esperadas, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.5. Estoques e contratos futuros

Os estoques de fertilizantes (*commodities*) comercializados pela Companhia e sua controlada são avaliados pelo valor justo. Para reduzir o risco de preços causados pelas oscilações do mercado, e conforme Política de Risco do Grupo, a Companhia realiza o monitoramento diário do total de sua exposição por tipo de fertilizante e, eventualmente, o Grupo realiza operações com futuros para minimizar a posição líquida de estoques de *commodities*, resultante da posição física dos compromissos futuros de compras e vendas. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado como um componente do custo dos produtos vendidos. Estes produtos são facilmente negociáveis e possuem preços cotados no mercado ativo que são divulgados regularmente por agentes de mercado.

Ganhos não realizados nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como recebíveis. Perdas não realizadas nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como contas a pagar.

O estoque de fertilizantes industrializados pela Companhia e os demais estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, transformação, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os valores desses estoques contabilizados não excedem ao seu valor realizável líquido de mercado. O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6. Propriedade para investimento

O saldo apresentado no grupo de “propriedade para investimento” representa o valor ao custo dos investimentos realizados em terras pela Companhia.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do terreno (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como gastos com manutenções relevantes, à medida que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia.

Em virtude da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência das práticas brasileiras às internacionais, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia procedeu à avaliação de parte de seus ativos pelo custo atribuído ("deemed cost") conforme facultado pela interpretação técnica ICPC 10 -Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 (R1) e 43 (R1). Os efeitos da atribuição do novo custo dos ativos mencionados tiveram como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, já deduzidos os efeitos fiscais estimados.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" no resultado.

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas a seguir, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Natureza do ativo	Vida útil em anos
Edificações	25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

3.8. Ativo de direito de uso e arrendamento mercantil

A Companhia avalia se uma operação é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento ou pela sua taxa incremental de captação, quando a primeira não puder ser prontamente determinada.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

3.9. Ativo intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados pelo ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

3.10. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

3.11. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

3.12. Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13. Empréstimos e financiamentos

São inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que, na data do vencimento, o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (ver nota explicativa nº 18).

3.15. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos de clientes (venda de fertilizantes) e de partes relacionadas (importações de matéria-prima) foram calculados considerando o prazo de vencimento das faturas, utilizando, para o saldo de clientes, a taxa de juros Certificado de Depósitos Interbancários - CDI e, para o saldo de contas a pagar por compra de matéria prima, a taxa de juros média de 5% a.a. As taxas utilizadas pela Companhia são compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

3.17. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

3.17.1 Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

3.18. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Âmbito estadual

O Convênio ICMS nº 26/21 promoveu uma mudança no benefício fiscal previsto no Convênio nº 100/97, que facultava aos Estados a concessão de isenção do imposto nas operações internas e importação, assim como previa a redução da base de cálculo nas operações interestaduais.

Com isso, a partir de janeiro de 2022, as operações internas e importação passaram a ser tributadas de forma que a carga tributária seja 1%, sendo este percentual aumentado anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária na operação interna e importação seja de 4%. Da mesma forma, as operações interestaduais passaram a ter a carga tributária reduzida anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária sobre essas operações seja de 4%.

No Estado da Bahia, a Companhia possui unidades fabris em Camaçari e Candeias e um depósito fechado em Luis Eduardo Magalhães. Diferente dos demais Estados onde a Cibra atua, o Estado da Bahia já incorporou ao Regulamento do ICMS a carga tributária de 4% para a operação interna e importação. As unidades de Camaçari e Candeias usufruem do Programa DESENVOLVE que concede desconto de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS.

Na unidade localizada no município de Rio Grande/RS há o benefício de crédito presumido do ICMS no percentual de 75% sobre as vendas interestaduais, devendo o contribuinte estornar os créditos tomados mês que utilizar o benefício.

No Mato Grosso, a Companhia possui unidades em Rondonópolis e SINOP, que possuem o benefício do Diferimento do ICMS nas operações internas, devendo para isso deixar de apropriar os créditos das compras.

Em Campo Grande/MS há a obrigatoriedade de Estorno Proporcional dos créditos de ICMS, assim como ocorre no Estado da Bahia.

Âmbito federal

A Companhia goza, no estado da Bahia, de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, para o período de 10 anos a contar da data de sua concessão, obtidos da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Esse benefício é registrado como receita no resultado durante o período necessário para confrontar a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de lucros.

3.19. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável do exercício, com elaboração de balanço anual ajustado pelas adições e exclusões admitidas, quando necessário, de acordo com a legislação tributária brasileira, às alíquotas de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos diferidos foram reconhecidos e gerados pelas diferenças temporárias existentes, tendo sido considerada a capacidade de sua realização. Os tributos relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e não no resultado.

PIS e COFINS

A Companhia apura o PIS e a COFINS pelo regime não cumulativo. Contudo, as receitas de venda não são tributadas, pois na venda de adubos ou fertilizantes a alíquota está reduzida a zero, conforme Lei nº 10.925/04 e Decreto nº 5.630.

A Companhia, além de ter receitas com a incidência de alíquotas de PIS e COFINS reduzidas a zero, também possui outras receitas, tributadas pelo regime não cumulativo pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota combinada de 9,25%.

Adicionalmente, com a edição do Decreto nº 8.426/15, o Governo Federal reestabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo. Assim, a partir de 1º de julho de 2015, as receitas financeiras auferidas pela Companhia e sua controlada, anteriormente beneficiadas com alíquota zero, passam a estar sujeitas à incidência do PIS e da COFINS às alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente.

ICMS

O Convênio ICMS nº 26/21 promoveu uma mudança no benefício fiscal previsto no Convênio nº 100/97, que facultava aos Estados a concessão de isenção do imposto nas operações internas e Importação e previa a redução da base de cálculo nas operações interestaduais.

Com isso, a partir de janeiro de 2022, as operações internas e importação passaram a ser tributadas de forma que a carga tributária seja 1%, sendo este percentual aumentado anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária na operação interna e importação seja de 4%. Da mesma forma, as operações interestaduais passaram a ter a carga tributária reduzida anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária sobre essas operações seja de 4%.

3.20. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.21. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações potenciais diluidoras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	42.672	11.086	45.585	20.362
Aplicações financeiras	120.124	29.072	160.007	35.206
	162.796	40.158	205.592	55.568
Apresentados como:				
Circulantes	156.692	34.725	199.488	50.135
Não circulantes	6.104	5.433	6.104	5.433
	162.796	40.158	205.592	55.568

As aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 62% do CDI na controladora e 68% do CDI no consolidado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	367.975	179.765	430.393	203.827
Ajuste a valor presente	(8.090)	(2.094)	(9.214)	(2.554)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.875)	(2.502)	(4.349)	(3.291)
	357.010	175.169	416.830	197.982
Apresentados como:				
Circulantes	347.148	165.307	406.968	188.120
Não circulantes	9.862	9.862	9.862	9.862
	357.010	175.169	416.830	197.982

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	333.529	172.811	392.438	195.177
Vencidas até 30 dias	7.508	2.171	7.749	3.038
Vencidas entre 31 e 120 dias	5.092	908	5.238	908
Vencidas há mais de 121 dias	13.756	1.781	15.754	2.150
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.875)	(2.502)	(4.349)	(3.291)
	357.010	175.169	416.830	197.982

Não há saldos de contas a receber dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

5.1. Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e sua controlada estimam a perda de clientes com análise individual de eventos extraordinários que demandem alguma definição especial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu pela constituição de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R$373 (controladora) e R$1.058 (consolidado). Em 31 de dezembro de 2021, concluiu pela constituição de perdas esperadas nos montantes de R$221 (controladora) e R$258 (consolidado).

A Administração entende que as perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

6. CONTRATOS FUTUROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos firmes de venda (a)	255.704	(313.669)	316.371	(361.348)
Compromissos firmes de compra (b)	(6.932)	8.924	(5.607)	13.582
	248.772	(304.745)	310.764	(347.766)
Classificados como:				
Ativo circulante	248.772	-	310.764	-
Passivo circulante	-	304.745	-	347.766

(a) Refere-se ao valor justo dos compromissos firmes de venda para entrega futura de fertilizantes com efetiva movimentação física, firmados pela Companhia e sua controlada.

(b) Referem-se a compromissos firmes de compra de fertilizantes para entrega futura mensurados a valor justo. São compromissos pactuados pela Companhia e sua controlada com fornecedores nacionais e internacionais para os quais haverá a efetiva movimentação física.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fertilizantes (a)	1.036.548	1.254.142	1.409.615	1.878.115
Ajuste de marcação a mercado (b)	(106.412)	301.588	(152.205)	376.016
Adiantamento a fornecedores (c)	8.679	6.787	8.588	9.121
Outros (d)	13.667	5.259	25.470	17.308
	952.482	1.567.776	1.291.468	2.280.560

(a) Em 31 de dezembro de 2022, R$285.225 (controladora) e R$377.981 (consolidado) do saldo total de estoques de fertilizantes representavam “importações em andamento”.

(b) Refere-se a ajuste pela mensuração dos estoques de fertilizantes ao valor justo.

(c) Representam adiantamentos para fornecedores de materiais diversos.

(d) São representados, substancialmente, por estoque de embalagens e itens do almoxarifado.

Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a recuperar (a)	61.142	43.230	84.523	62.149
PIS a recuperar (a)	14.057	12.608	20.532	18.160
Imposto de renda e contribuição social	51.272	38.736	90.828	43.368
ICMS a recuperar	36.162	15.736	58.313	29.276
Outros impostos a recuperar	27	26	30	27
(-) Provisão para perda	-	-	(580)	(580)
	162.660	110.336	253.646	152.400
Circulantes	120.662	68.339	192.463	88.540
Não circulantes	41.998	41.997	61.183	63.860
	162.660	110.336	253.646	152.400

(a) Refere-se a crédito apurado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.833/03 (COFINS), pela sistemática da não-cumulatividade. A Companhia e sua controlada efetuaram pedidos de restituição de tais créditos tributários no montante de R$45.981 (controladora) e R$55.491 (consolidado) e aguardam homologação da Receita Federal.

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA (CONTROLADORA)

A composição da conta de investimento está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Agro Industrial São Luiz Ltda.	(36.974)	(61.828)
Mais-valia do imobilizado	80.591	81.911
Mais-valia do intangível	15.447	17.153
Ágio na aquisição de investimento	177.727	177.727
	236.791	214.963

Análise de "*impairment*" do ágio

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a revisão do valor recuperável de ágio utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 10,18%a.a. (31 de dezembro de 2020, 11,56% a.a.). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou provisão para perda do valor recuperável.

9.1. Informações sobre a investida

Data base	Quantidade de cotas	Participação no capital	Patrimônio líquido (negativo) da investida	Lucro do exercício
31/12/2021	210.519.784	100%	(61.828)	74.569
31/12/2022	210.519.784	100%	(36.974)	24.854

9.2. Movimentação do investimento

O quadro a seguir demonstra a movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	149.483
Resultado de equivalência patrimonial	74.569
Realização de mais valia	(2.819)
Baixa de mais-valia	(6.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214.963
Resultado de equivalência patrimonial	24.854
Realização de mais valia	(3.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	236.791

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia possui terreno localizado no Estado de Mato Grosso/MT, oriundo da consolidação contratual de alienação fiduciária de saldo de contas a receber de clientes. Este terreno pode futuramente ser negociado com outras partes.

	31/12/2022	31/12/2021
Propriedade para investimento	1.624	1.624
	1.624	1.624

A Administração da Companhia avaliou o efeito da determinação do valor justo da propriedade para investimento. A avaliação da propriedade para investimento levou em consideração, principalmente, premissas como preço médio do metro quadrado e localização. As análises efetuadas refletem a melhor estimativa da administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo, foi determinado um valor justo no montante de R$5.702 (R$4.623, em 31 de dezembro de 2021).

11. ATIVO MANTIDO PARA VENDA (CONSOLIDADO)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da controlada da Companhia, alinhado com seu planejamento estratégico e buscando maior eficiência operacional, optou por disponibilizar para venda uma de suas unidades operacionais. Não são esperadas perdas de volume ou redução de performance em função do assunto já que os volumes produzidos na mencionada unidade serão atendidos por outras unidades da controlada e por novos contratos firmados com produção por terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, o menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos as despesas de venda, é representado pelo montante de R$30.000.

12. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos o mapa de movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro 2022:

Controladora

	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Terrenos	23.907	105	(6.227)	16	17.801	-	-	545	18.346
Edificações e instalações	94.652	9.182	(1.173)	11.577	114.238	-	(6.949)	18.614	125.903
Máquinas e equipamentos	50.536	2.096	(67)	7.198	59.763	49	(2.691)	7.459	64.580
Outros	3.826	727	(552)	19	4.020	2.885	(292)	393	7.006
Veículos	603	-	(227)	-	376	-	-	-	376
Adiantamentos à fornecedores	553	19.712	-	-	20.265	-	(49)	(17.418)	2.798
Perda estimada	(554)	(2)	-	-	(556)	(2.276)	-	-	(2.832)
Imobilizado em andamento	20.558	43.953	-	(19.966)	44.545	182.847	(196)	(28.547)	198.649
Total do custo	194.081	75.773	(8.246)	(1.156)	260.452	183.505	(10.177)	(18.954)	414.826
Edificações e instalações	(19.911)	(4.068)	216	-	(23.763)	(4.725)	688	-	(27.800)
Máquinas e equipamentos	(30.658)	(3.397)	51	-	(34.004)	(9.442)	1.125	-	(42.321)
Outros	(1.857)	(510)	243	-	(2.124)	(549)	96	-	(2.577)
Veículos	(160)	(90)	144	-	(106)	(75)	-	-	(181)
Total da depreciação	(52.586)	(8.065)	654	-	(59.997)	(14.791)	1.909	-	(72.879)
Total líquido	141.495	67.708	(7.592)	(1.156)	200.455	168.056	(8.268)	(18.954)	341.947

Consolidado

	2020	Adições	Baixas	Baixa e Amortização da mais valia	Transferências	2021	Adições	Baixas	Baixa e Amortização da mais valia	Transferências	2022
Custo											
Terrenos	81.566	105	(6.528)	(5.659)	16	69.500	-	-	-	(6.862)	62.638
Edificações e instalações	171.967	9.734	(1.173)	(1.368)	12.363	191.523	57	(7.022)	(1.234)	34.679	218.003
Máquinas e equipamentos	67.273	5.386	(67)	(85)	7.274	79.781	111	(2.718)	(85)	33.675	110.764
Outros	4.920	1.349	(552)	-	54	5.771	2.891	(312)	-	631	8.981
Veículos	1.442	-	(229)	-	-	1.213	-	-	-	-	1.213
Adiantamento à fornecedores	553	19.712	-	-	-	20.265	19.565	(49)	-	(17.470)	22.311
Perda estimada	(588)	(2)	-	-	-	(590)	(2.276)	-	-	2.276	(590)
Imobilizado em andamento	21.457	134.712	(37)	-	(20.863)	135.269	280.396	(196)	-	(95.883)	319.586
Total do custo	348.590	170.996	(8.586)	(7.112)	(1.156)	502.732	300.744	(10.297)	(1.319)	(48.954)	742.906
Depreciação											
Edificações e instalações	(27.803)	(5.534)	216	-	-	(33.121)	(6.815)	688	-	-	(39.248)
Máquinas e equipamentos	(39.719)	(8.153)	51	-	-	(47.821)	(14.505)	1.130	-	-	(61.196)
Outros	(2.102)	(653)	243	-	-	(2.512)	(743)	98	-	-	(3.157)
Veículos	(678)	(98)	145	-	-	(631)	(82)	-	-	-	(713)
Total da depreciação	(70.302)	(14.438)	655	-	-	(84.085)	(22.145)	1.916	-	-	(104.314)
Total líquido	278.288	156.558	(7.931)	(7.112)	(1.156)	418.647	278.599	(8.381)	(1.319)	(48.954)	638.592

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia e sua controlada realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada. A Administração também não identificou nenhum indicativo sobre uma possível perda do valor recuperável de seus ativos.

As obras em andamento referem-se, basicamente, a projetos de expansão da Companhia e da sua controlada que incluem a aquisição e construção de novas unidades misturadoras.

13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na aquisição de investimento (a)	-	-	177.727	177.727
Ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios (b)	-	-	15.447	17.153
Softwares (c)	3.720	4.030	3.890	4.145
Total	3.720	4.030	197.064	199.025

(a) Ágio pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz Ltda., alocado como rentabilidade futura.

(b) Ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. A composição dos valores identificados e respectivas vidas úteis estão demonstradas a seguir:

		2022			2021
	Vida Útil (anos)	Valor	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
Carteira de clientes	11	27.179	(12.201)	14.978	16.685
Acordo de não competição	5	1.381	(912)	469	468
		28.560	(13.113)	15.447	17.153

(c) Referem-se principalmente aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software cuja vida útil é de cinco anos (amortização de 20% ao ano).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do intangível (controlada e consolidado), apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.384	202.305
Adições	1.072	1.198
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.972)
Baixas	(22)	(22)
Amortização softwares	(2.404)	(2.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.030	199.025
Adições	1.661	1.713
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.676)
Amortização softwares	(1.971)	(1.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.720	197.064

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Nacionais	156.698	8.937	255.426	59.201
Estrangeiros	100.583	131.473	130.456	166.026
	257.281	140.410	385.882	225.227
Apresentados como:				
Circulantes	257.281	140.410	373.226	206.894
Não circulantes	-	-	12.656	18.333
	257.281	140.410	385.882	225.227

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	Moeda	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capital de Giro e CCB	R$	11/2032	264.916	57.496	264.916	86.109
Empréstimo externo	US$	12/2025	120.623	95.561	120.623	95.561
FINIMP	US$	12/2023	278.046	153.977	278.046	163.616
NCE e CCE	R$	09/2024	165.715	41.909	165.715	41.909
Debênture	R$	05/2025	175.683	-	175.683	-
Investimento e capital de giro	US$	01/2025	53.035	78.350	53.035	78.350
			1.058.018	427.293	1.058.018	465.545
Classificados em:						
Circulantes			732.124	295.495	732.124	333.747
Não circulantes			325.894	131.798	325.894	131.798
			1.058.018	427.293	1.058.018	465.545

15.1. Termos, características e condições

- CCB – são Cédulas de Crédito Bancário.
- Empréstimo externo – empréstimos em moeda estrangeira que possuem contratos de “swap”.
- FINIMP - são financiamentos para importações que, quando em moeda estrangeira, possuem contratos de “swap”.
- NCE - referem-se a Notas de Crédito à Exportação.
- Debênture – Em 23 de maio de 2022, a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações através da qual captou R$175.000 e cujo vencimento é em 23 de maio de 2025.
- Investimento e capital de giro - contrato assinado entre a Companhia, sua controlada Agro Industrial São Luiz Ltda., Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad (“Paribara”), acionista controlador da Companhia e o “International Finance Corporation - IFC”, no valor de US$40.000 (sendo US$20.000 para Companhia e US$20.000 para Paribara), tendo como avalista a parte relacionada Cibra Trading Inc. A Paribara é responsável pela garantia em aplicação financeira - “cash colateral”.

As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos com terceiros variam de acordo com as linhas de crédito conforme demonstrativo a seguir:

Linha de crédito	Taxas de juros (a.a.)
Capital de Giro e CCB	CDI + 2,95% a CDI + 5%
Empréstimos externo	CDI + 3,75% a CDI +3,85%
FINIMP	CDI + 2,61% a CDI +6,50%
NCE	CDI + 4,00% a CDI + 6,50%
Debênture	CDI+4,00%
Investimento e capital de giro	Libor + 2,30%

15.2. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	225.183	270.759
Juros e variações monetárias provisionados	27.612	30.741
Captação de empréstimos e financiamentos	300.779	338.170
Amortização de principal	(115.447)	(160.551)
Amortização de juros	(11.056)	(13.796)
Amortização de custos de captação	222	222
Saldo em 31 de dezembro de 2021	427.293	465.545
Juros e variações monetárias provisionados	60.984	65.219
Captação de empréstimos e financiamentos	641.863	641.863
Amortização de principal	(17.527)	(54.918)
Amortização de juros	(55.623)	(60.719)
Amortização do custo de captação	1.028	1.028
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.058.018	1.058.018

15.3. Escalonamento da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
2024	171.501	171.501
2025	83.967	83.967
A partir de 2026	70.426	70.426
	325.894	325.894

15.4. Cláusulas restritivas (“covenants” financeiros)

A Companhia possui algumas operações de empréstimo e financiamento contratadas que contém cláusulas financeiras restritivas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Essas cláusulas restritivas requerem a manutenção de determinados índices financeiros que são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia ou de seu acionista controlador.

No período findo em 31 de março de 2022, as demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador, Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada (“Paribara”), indicavam uma violação ao limite do índice *“Liabilities to Tangible Net Worth Ratio”* e, portanto, um descumprimento de cláusula financeira restritiva do financiamento com o IFC.

Em 29 de julho de 2022, o IFC emitiu uma carta de consentimento (*“Waiver”*) permitindo a Paribara aumentar o limite do índice *“Liabilities to Tangible Net Worth Ratio”* de 2,5x para 4,0x para os períodos entre 01 de janeiro de 2022 a 31 de março de 2022 e 1º de outubro a 31 de dezembro de 2022, e um aumento de 2,5x para 4,5x para o período entre 1º de abril de 2022 e 30 de setembro de 2022. O novo limite concedido pelo IFC permitiu que a Companhia e sua controladora atingissem as cláusulas restritivas.

Considerando o fato descrito acima, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e sua controlada cumpriram adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos contratos vigentes.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2022 e de 2021 está demonstrada a seguir:

Controladora

	Imposto de renda e contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	139.283	106.748
Alíquota combinada dos tributos	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	(47.356)	(36.294)
Adições (exclusões) permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	8.450	26.311
Amortização da mais-valia	(1.029)	(958)
Variação cambial	9.425	(6.782)
Subvenção para investimento	3.463	8.426
Demais ajustes	224	6.339
Efeito do benefício da Lei Complementar nº 160(*)	17.958	21.085
Lucro da exploração	-	3.938
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	-	9.363
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	(22.359)	-
Total	(31.224)	31.428
Corrente	17.958	3.126
Diferido	(49.182)	28.302
Total do imposto de renda e contribuição social	(31.224)	31.428

Consolidado

	Imposto de renda e contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	110.977	130.166
Alíquota do imposto	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	(37.732)	(44.256)
Adições (exclusões) permanentes:		
Variação cambial	9.425	(6.782)
Subvenção para investimento	5.097	8.426
Demais ajustes	2.638	6.842
Lucro da exploração	-	3.938
Efeito do benefício da Lei Complementar nº 160 (*)	41.042	21.085
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	-	18.757
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	(23.388)	-
Total	(2.918)	8.010
Corrente	35.335	(18.396)
Diferido	(38.253)	26.406
Total do imposto de renda e contribuição social	(2.918)	8.010

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia, assessorada pelos seus consultores jurídicos, decidiu aplicar a Lei Complementar nº 160/17 na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social. A Lei Complementar permite que incentivos fiscais, que são considerados subvenções para investimentos, não sejam computados na determinação do lucro real.

A referida lei estabelece como requisito para obtenção do benefício a necessidade de constituição de reserva de incentivo fiscal, registrada em reserva de lucros, no mesmo montante das subvenções não computadas na apuração do IRPJ e CSLL.

O efeito do benefício nas apurações de 2021 e 2022 reconhecidos monta o total de R$17.958 e R$41.042, controladora e consolidado.

Mesmo estando certa do sucesso na adoção do dispositivo legal, considerando a novidade trazida pela norma e a divergência que ainda paira sobre a matéria na esfera administrativa, especialmente no órgão de arrecadação federal, a Companhia decidiu constituir uma provisão para riscos fiscais no mesmo montante do benefício apurado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido		
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	48.934	58.359
Valor justo dos estoques e compromissos	(48.403)	-
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	978	851
Custo atribuído - “deemed cost”	(4.099)	(4.240)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	9.631	8.602
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.552	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.014	4.768
Outros	19.175	24.625
	43.782	92.965

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido		
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	82.519	91.944
Valor justo dos estoques e compromissos	(53.910)	(9.588)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	1.479	1.138
Custo atribuído - “deemed cost”	(4.099)	(4.240)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	9.631	8.602
Instrumentos financeiros derivativos	5.706	4.768
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.533	-
Outros	19.623	28.112
Total	82.482	120.736

A estimativa de realização dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais é a seguinte:

Controladora

Ano	2022 (*)
2023	9.468
2024	10.108
Após 2025	29.358
Total	48.934

Consolidado

Ano	2022 (*)
2023	18.806
2024	17.883
Após 2025	45.830
Total	82.519

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R$1.536.978. Embora a Companhia e sua controlada não tenham reconhecido imposto diferido ativo sobre a totalidade do saldo de prejuízos fiscais, os mesmos não possuem prazos de prescrição, todavia, podem ser computados somente até o limite de 30% do lucro tributável anual de acordo com a legislação vigente.

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2022 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 05 (R1). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

17.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora					
	Saldos			Transações		
	Ativos	Passivos				
	Clientes	Fornecedores		Vendas /(compras)	Ajuste a valor presente	Variação Cambial líquida
Agro Industrial São Luiz Ltda.	159.025	-	(a)	(36.197)	-	-
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	556	-		-	-	-
Cibra Trading Inc.	-	(358.353)	(b)	(4.052.930)	(73.312)	25.476
Total em 31 de dezembro de 2022	159.581	(358.353)		(4.089.127)	(73.312)	25.476
Total em 31 de dezembro de 2021	28.988	(750.293)		(3.071.925)	(52.503)	(28.324)

	Consolidado					
	Saldos			Transações		
	Ativos	Fornecedores		Compras	Ajuste a valor presente	Variação Cambial líquida
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	556	-		-	-	-
Cibra Trading Inc.	-	(890.250)	(b)	(5.208.863)	(99.448)	76.407
Total em 31 de dezembro de 2022	556	(890.250)		(5.208.863)	(99.448)	76.407
Total em 31 de dezembro de 2021	556	(1.480.323)		(4.288.351)	(69.920)	(54.396)

(a) As transações mantidas com a controlada Agro Industrial São Luiz Ltda. referem-se a compra e venda de produtos, prestação de serviços de industrialização e adiantamento realizados para a prestação de serviços no futuro, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.

(b) As transações mantidas na rubrica de fornecedores referem-se a compras de matéria-prima no exterior, basicamente em dólar, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses e não terão adição de juros. São registradas ao valor presente, conforme pronunciamento técnico CPC 12, e corrigidos à taxa de juros média equivalente a 2% a.s..

17.2 Honorários da Administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor de operações e diretor de recursos humanos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração dos diretores	(4.170)	(3.251)
Encargos sociais de diretores	(1.397)	(1.080)
Participação nos resultados	(3.043)	(2.683)
Previdência e outros benefícios	(567)	(481)
	(9.177)	(7.495)

Os referidos montantes estão registrados na rubrica “Honorários da Administração”. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos e não possuem benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.157	4.365
Constituição de provisão, líquida	21.369	21.338
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.526	25.703
Constituição de provisão, líquida	14.332	37.629
Saldo em 31 de dezembro de 2022	39.858	63.332

Em 31 de dezembro de 2022 as causas cujo prognóstico de perda foi classificado como provável montavam R$39.858 na controladora (31 de dezembro de 2021, R$25.526) e R$63.332 no consolidado (31 de dezembro de 2021, R$25.703) e se referem a demandas trabalhistas, cíveis e fiscais. Do saldo total provisionado em 31 de dezembro de 2022, R$39.043 na controladora e R$62.127 no consolidado referem-se a provisões fiscais em função da adoção da Lei Complementar nº 160/17 cujo benefício constituído e pleiteado monta o mesmo valor (ver nota explicativa nº 16).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em processos trabalhistas e cíveis, os quais possuíam expectativas de perda consideradas possíveis, nos montantes de R$3.968 (Em 31 de dezembro de 2021, R$2.468), na controladora, R$37.749 no consolidado (em 31 de dezembro de 2021, R$36.740), de acordo o posicionamento de seus assessores jurídicos. Por este motivo não foi reconhecida qualquer provisão contábil naquela data.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio.

18.1. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de depósito judicial é composto como segue:

Natureza dos depósitos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	208	252	387	297
Outros	18	18	49	49
	226	270	436	346

19. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação do direito de uso e do arrendamento mercantil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Ativo de direito de uso - Edificações

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.852	4.460
Renegociação	(884)	(884)
Amortização	(982)	(1.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	986	2.107
Renegociação	(347)	661
Amortização	(639)	(1.231)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.537

Arrendamento mercantil - Edificações

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.516	5.362
Juros	251	442
Renegociações	(780)	(821)
Pagamentos	(1.786)	(2.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.201	2.574
Juros	69	277
Renegociações	(530)	478
Pagamentos	(740)	(1.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.781
Classificados em:		
Circulantes	-	839
Não circulantes	-	942
Total	-	1.781

A Administração da Companhia reconheceu como passivo o arrendamento mercantil, mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes descontados por meio da taxa média ponderada incremental de empréstimos e financiamentos da Empresa na data da adoção, equivalente a 12,26% a.a.

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se a adiantamentos realizados por clientes, visando garantir o preço e entrega dos produtos para safras vindouras, sendo na controladora o montante de R$574.236 (Em 31 de dezembro de 2021, R$433.563) e no consolidado R$655.843 (Em 31 de dezembro de 2021, R$522.684).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 16 de setembro de 2018, a Sirius Minerals PLC ("Sirius") adquiriu 30% de participação da Companhia sem haver emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas pela Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada e pela Sirius Minerals PLC (acionistas controladores).

Em 19 de julho de 2019, a Sirius Minerals PLC transferiu os 30% de participação que detinha da Companhia em favor do novo acionista York Potash Ltd.

Em 6 de abril de 2021, com o objetivo de equalizar a relação entre investimentos realizados pelos acionistas na Companhia e suas respectivas participações societárias, de forma conjunta e consensual, foi deliberada uma alteração societária na qual York Potash Ltd transferiu, sem ônus, para a Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada 489.333 ações de sua titularidade, que representavam 20% de participação na Companhia.

Em 6 de abril de 2022, o acionista York Potash Ltd alterou sua razão social para Anglo American Woodsmith Limited.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas.

<u>Ações ordinárias</u>

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

21.1. Natureza e propósito das reservas

21.1.1 Reservas de lucros

- Reserva legal

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de incentivo fiscal

  Refere-se a incentivo fiscal de imposto de renda sobre o lucro da exploração. O imposto de renda é contabilizado incluindo a parcela de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à redução desse tributo registrado a crédito do resultado do exercício e a débito na conta de impostos a pagar. Quando da apuração do resultado, o montante correspondente ao incentivo é transferido da rubrica "Lucros acumulados" para a conta específica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais", no patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, todo o lucro líquido da Companhia foi utilizado para constituir a Reserva de incentivo fiscal.

21.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Durante o exercício de 2010, a Companhia, através de especialistas contratados, procedeu a avaliação de seus terrenos e edificações atribuindo a elas um novo custo e uma nova vida útil, conforme facultado na interpretação técnica ICPC 10. O efeito dessa avaliação à época foi reconhecido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, deduzido dos efeitos tributários futuros, sendo a realização dessa reserva efetuada à medida que os bens sejam depreciados e/ou alienados.

21.3. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não há dividendos declarados pois todo o lucro obtido foi destinado à constituição da Reserva de incentivos fiscais.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas	6.279.631	3.704.550	7.994.755	4.815.360
ICMS incidente sobre vendas	(91.520)	(21.564)	(96.168)	(19.823)
Devoluções e abatimentos concedidos	(59.554)	(21.664)	(81.756)	(25.143)
Outras deduções	(23.025)	(5.783)	(27.823)	(7.510)
	6.105.532	3.655.539	7.789.008	4.762.884

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, vendeu 1.631.096 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2021, 1.596.107 toneladas). No consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram vendidas 2.065.828 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2021, 2.053.871 toneladas).

Subvenções governamentais - ICMS

(i) A Companhia usufrui de incentivo denominado “ICMS - Desenvolve” que dilata o prazo de pagamento de parte do imposto devido, mas concede desconto se pago à vista. A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi de R$9.630 (31 de dezembro de 2021, R$24.114). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.

(ii) A Companhia e sua controlada usufruem de incentivo denominado de “Crédito Presumido” que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS no percentual de 75% sobre as vendas interestaduais, cujo montante do benefício foi de R$553 (Controladora) e R$5.359 (Consolidado). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas. A Companhia e sua controlada não usufruíam desse benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

23. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas	(5.123.397)	(3.106.757)	(6.639.268)	(3.957.830)
Marcação a mercado de estoques e contratos futuros	145.517	(35.041)	130.309	(12.247)
Serviços prestados	(204.672)	(121.811)	(246.004)	(160.625)
Pessoal	(111.001)	(73.190)	(130.877)	(87.340)
Fretes	(142.480)	(102.091)	(163.689)	(113.882)
Materiais diversos de manutenção	(9.957)	(3.404)	(15.000)	(6.721)
Depreciação e amortização	(25.564)	(17.351)	(33.539)	(24.290)
Embalagens	(53.921)	(16.417)	(89.228)	(44.792)
Impostos e taxas	(38.441)	(3.847)	(42.275)	(4.426)
Viagens	(5.553)	(1.063)	(5.972)	(1.194)
Seguros	(164)	(135)	(1.197)	(684)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(14.170)	(6.388)	(20.625)	(10.519)
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	-	-	(3.026)	(2.819)
Constituição (reversão) de perda estimada com devedores duvidosos	(373)	(221)	(1.058)	(258)
Constituição (reversão) para perda estimada na realização de outros ativos	(2.276)	(5)	(2.276)	(5)
Perda efetiva de outros ativos	-	(1.036)	(60)	(1.083)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(18.209)	(21.369)	(41.506)	(21.338)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e mais valia sobre imobilizado	(8.147)	(13.724)	(8.211)	(14.059)
Ganho com vendas de imobilizado	289	6.358	289	6.358
Despesas com gás, água e energia	(18.601)	(14.123)	(21.787)	(16.400)
Comissão sobre vendas	(23.605)	(15.818)	(31.922)	(22.309)
Outros (custos e despesas) receitas	(10.929)	(4.705)	(13.498)	(6.884)
Total	(5.665.654)	(3.552.138)	(7.380.420)	(4.503.347)
Custo dos produtos vendidos	(5.550.355)	(3.462.551)	(7.236.959)	(4.411.597)
Despesas comerciais	(26.604)	(20.428)	(27.289)	(20.428)
Gerais e administrativas	(45.680)	(32.031)	(49.011)	(33.402)
Honorários da administração	(9.177)	(7.495)	(9.177)	(7.495)
Outras receitas (despesas), líquidas	(33.838)	(29.633)	(57.984)	(30.425)
	(5.665.654)	(3.552.138)	(7.380.420)	(4.503.347)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Receita de juros	6.075	2.118	8.628	2.700
Ajuste a valor presente	16.542	3.937	20.081	4.610
Outras receitas financeiras	1.830	850	1.989	1.463
	24.447	6.905	30.698	8.773
Despesas financeiras				
Despesas bancárias e IOF	(8.280)	(2.431)	(11.759)	(4.628)
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	(69)	(251)	(277)	(442)
Ajuste a valor presente	(73.312)	(52.503)	(99.448)	(69.920)
Despesa de juros	(84.159)	(12.118)	(88.404)	(14.943)
Outras despesas financeiras	(11.153)	(5.607)	(11.852)	(5.664)
	(176.973)	(72.910)	(211.740)	(95.597)
Variação cambial				
Instrumento financeiro derivativo – líquido	(229.162)	33.274	(234.456)	14.847
Variação cambial ativa	155.756	56.319	239.287	80.571
Variação cambial passiva	(96.491)	(91.988)	(121.400)	(137.965)
	(169.897)	(2.395)	(116.569)	(42.547)
Total resultado financeiro	(322.423)	(68.400)	(297.611)	(129.371)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

25.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	156.692	-	156.692	34.725	-	34.725
Aplicações financeiras	6.104	-	6.104	5.433	-	5.433
Contas a receber de clientes	357.010	-	357.010	175.169	-	175.169
Contratos futuros	-	248.772	248.772	-	-	-
Total dos ativos	519.806	248.772	768.578	215.327	-	215.327
Passivos financeiros						
Fornecedores	257.281	-	257.281	140.410	-	140.410
Empréstimos e financiamentos	1.058.018	-	1.058.018	427.293	-	427.293
Contratos futuros	-	-	-	-	304.745	304.745
Partes relacionadas	358.353	-	358.353	750.293	-	750.293
Instrumentos financeiro derivativo	-	11.806	11.806	-	14.025	14.025
Total dos passivos	1.673.352	11.806	1.685.458	1.317.996	318.770	1.636.766

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	199.488	-	199.488	50.135	-	50.135
Aplicações financeiras	6.104	-	6.104	5.433	-	5.433
Contas a receber de clientes	416.830	-	416.830	197.982	-	197.982
Contratos futuros	-	310.764	310.764	-	-	-
Total dos ativos	622.422	310.764	933.186	253.550	-	253.550
Passivos financeiros						
Fornecedores	385.882	-	385.882	225.227	-	225.227
Empréstimos e financiamentos	1.058.018	-	1.058.018	465.545	-	465.545
Contratos futuros	-	-	-	-	347.766	347.766
Partes relacionadas	890.250	-	890.250	1.480.323	-	1.480.323
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.782	16.782	-	14.025	14.025
Total dos passivos	2.334.150	16.782	2.350.932	2.171.095	361.791	2.532.886

25.2. Valor contábil “versus” valor justo

Para todas as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

25.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação na taxa de câmbio são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

Os riscos de negócio identificados incluem principalmente:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial decorrente de ativos e de passivos, tais como: estoques, empréstimos, fornecedores no exterior, entre outros.

A política de gestão de riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio e taxas de juros.

A utilização de derivativos é consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos são utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados pela política da Companhia e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

a) Risco de crédito

A Companhia e sua controlada podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de mercadorias. Para reduzir esse risco, a Companhia concede créditos aos clientes com base na política interna de crédito e cobrança.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	156.692	34.725	199.488	50.135
Aplicações financeiras	6.104	5.433	6.104	5.433
Contas a receber de clientes	357.010	175.169	416.830	197.982
	519.806	215.327	622.422	253.550

Visando minimizar o risco de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras com “rating” de risco acima da categoria A. Esses “ratings” foram instituídos pelas agências de risco Fitch Ratings, S&P e Moody’s.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	257.281	-	373.226	12.656
Empréstimos e financiamentos	732.124	325.894	732.124	325.894
Adiantamentos de clientes	574.236	-	655.843	-
Arrendamento mercantil	-	-	839	942
Total	1.563.641	325.894	1.762.032	339.492

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	140.410	-	206.894	18.333
Empréstimos e financiamentos	295.495	131.798	333.747	131.798
Adiantamentos de clientes	433.563	-	522.684	-
Arrendamento mercantil	1.006	195	1.395	1.179
Total	870.474	131.993	1.064.720	151.310

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos, moedas e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias-primas importadas, bem como pela captação de empréstimos e financiamentos lastreados em moeda estrangeira (US$), e contas a receber indexada em dólar. Para medir o impacto econômico de variações cambiais, foram efetuados cenários a seguir em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2022.

i) Análise de sensibilidade-risco cambial de dólar norte-americano

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2022 - R$5,2177	Exposição 31/12/2022	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
Ativos indexados					
Clientes	232.146	174.110	116.073	290.183	348.219
Passivos indexados					
Empréstimos	(451.704)	(338.778)	(225.852)	(564.631)	(677.557)
Partes relacionadas	(358.353)	(268.765)	(179.177)	(447.941)	(537.530)
Fornecedores externos	(100.583)	(75.437)	(50.292)	(125.729)	(150.875)
Efeito líquido	(678.494)	(508.870)	(339.248)	(848.118)	(1.017.743)

Consolidado

Cotação em 31/12/2022 - R$5,2177	Exposição 31/12/2022	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
Ativos indexados					
Clientes	219.884	164.913	109.942	274.855	329.826
Passivos indexados					
Empréstimos	(451.704)	(338.778)	(225.852)	(564.631)	(677.557)
Partes relacionadas	(890.250)	(667.688)	(445.125)	(1.112.813)	(1.335.375)
Fornecedores externos	(130.456)	(97.842)	(65.228)	(163.070)	(195.684)
Efeito líquido	(1.252.526)	(939.395)	(626.263)	(1.565.659)	(1.878.790)

ii) Análise de sensibilidade-risco taxa de juros

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações das taxas de juros de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Exposição 31/12/2022	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
Controladora							
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	120.124	CDI	12.37%	116.409	112.694	123.839	127.554
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(1.004.984)	CDI	12.37%	(987.899)	(970.814)	(1.036.063)	(1.067.142)
Total	(884.860)			(871.490)	(858.120)	(912.224)	(939.588)
Consolidado							
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	160.007	CDI	12.37%	155.059	150.111	164.955	169.903
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(1.004.984)	CDI	12.37%	(987.899)	(970.814)	(1.036.063)	(1.067.142)
Total	(844.977)			(818.845)	(792.714)	(871.108)	(897.239)

iii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

	Exposição em 31/12/2022	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
		Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R$5,2177	R$3,9133	R$2,6089	R$6,5221	R$7,8266
"Hedge/NDFs"	(4.043)	(3.032)	(2.022)	(5.054)	(6.065)
"Swap"	(7.763)	(5.822)	(3.882)	(9.704)	(11.645)
	(11.806)	(8.854)	(5.904)	(14.758)	(17.709)

Consolidado

	Exposição em 31/12/2022	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
		Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R$5,2177	R$3,9133	R$2,6089	R$6,5221	R$7,8266
"Hedge/NDFs"	(9.020)	(6.765)	(4.510)	(11.275)	(13.530)
"Swap"	(7.762)	(5.822)	(3.881)	(9.703)	(11.643)
	(16.782)	(12.587)	(8.391)	(20.978)	(25.173)

25.4. Hierarquia de valor justo

Para o valor justo, mensurado e reconhecido no balanço, a IFRS 7, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, requer a abertura para cada classe de instrumentos financeiros derivativos, bem como o seu valor justo mensurado. Para este fim, o pronunciamento, requer que a Companhia classifique seus instrumentos financeiros derivativos de acordo com as classes demonstradas abaixo, observando a importância e relevância dos "inputs" usados para a mensuração:

- Nível 1: valor justo obtido diretamente por cotações em mercados ativos.
- Nível 2: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na Companhia.

A Companhia evidencia a seguir, os seus respectivos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

Em 31 de dezembro de 2022

Controladora	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	248.772	248.772
Passivos:					
NDFs	25.5	-	7.762	-	7.762
"Swap"	25.5	-	4.044	-	4.044
Total		-	11.806	248.772	260.578

Consolidado					
Instrumentos financeiros					
Ativos					
Contratos futuros	6	-	-	310.764	310.764
Passivos:					
NDFs	25.5	-	7.762	-	7.762
"Swap"	25.5	-	9.020	-	9.020
Total		-	16.782	310.764	327.546

Em 31 de dezembro de 2021

Controladora	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros					
Passivos:					
Contratos futuros	6	-	-	304.745	304.745
NDFs	25.5	-	12.526	-	12.526
"Swap"	25.5	-	1.499	-	1.499
Total		-	14.025	304.745	318.770
Consolidado					
Instrumentos financeiros					
Passivos:					
Contratos futuros	6	-	-	347.766	347.766
NDFs	25.5	-	12.526	-	12.526
"Swap"	25.5	-	1.499	-	1.499
Total		-	14.025	347.766	361.791

Os instrumentos financeiros, mensurados a valor justo, da Companhia e de sua controlada são agrupados no Nível 2 e Nível 3.

O valor justo do nível 3 é estimado usando informações sobre preços de mercados menos ativos. Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados tanto inputs oriundos de mercados observáveis como não observáveis. Qualificam-se nesse nível os contratos de compra e venda de fertilizantes (commodities), contratos futuros, que são mensurados ao valor justo, mediante utilização de dados de mercado na data de apuração, referentes aos componentes que formam os preços de negociação destas operações.

25.5. Instrumentos financeiros derivativos– *NDF* e *Swap*

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e não são utilizados para fins especulativos.

Controladora

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor nocional			Valor nocional		
	US$	R$	Valor justo	US$	R$	Valor justo
"Swap"	77.810	405.990	(7.762)	42.712	238.357	(1.499)
NDFs	101.000	526.988	(4.044)	159.000	887.300	(12.526)
Total ativo (passivo)			(11.806)			(14.025)

Consolidado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor nocional			Valor nocional		
	US$	R$	Valor justo	US$	R$	Valor justo
"Swap"	77.810	405.990	(7.762)	42.712	238.357	(1.499)
NDFs	180.000	939.186	(9.020)	159.000	887.300	(12.526)
Total ativo (passivo)			(16.782)			(14.025)

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando o valor justo desses instrumentos.

Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Marcação a mercado de "swap"	(6.263)	4.576	(11.239)	1.931
Marcação a mercado de NDFs	8.482	23.564	8.482	23.564
Perdas (ganhos) realizados líquidos de NDFs	(231.381)	5.134	(231.699)	(10.648)
	(229.162)	33.274	(234.456)	14.847

26. SEGUROS

Abaixo demonstramos os seguros atualmente contratados pela Companhia, assim como sua cobertura:

Risco	Cobertura	Vencimento
Risco operacional	R$80.000	28/06/2023
Responsabilidade civil	R$10.100	30/04/2023
D&O	R$28.000	30/04/2023
Transporte internacional	US$15.000	31/08/2023
Seguro garantia	R$992	31/07/2023

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2022

- Reclassificação de unidade da rubrica "imobilizado" para a rubrica "ativo mantido para venda" no montante de R$30.000 (Consolidado).
- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R$73.312 (controladora) e R$99.448 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R$347 (controladora) e R$661 (consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2021

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R$27.548 (controladora) e R$37.154 (consolidado).

- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica “direito de uso” e a rubrica de “arrendamento mercantil”, no montante de R$1.770 (controladora e consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) altera entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com seu departamento jurídico os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 30 de março de 2023.